

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Direito Constitucional (**turma B**)

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 504
Créditos ECTS: 18

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo – 2 horas/semana

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- Domínio avançado dos princípios estruturantes do Estado de Direito e da sua interconexão com a administração pública, estrutura essencial para a concretização dos direitos fundamentais dos cidadãos, no quadro da forte revalorização recente, na ciência jurídica e na jurisprudência, da dimensão constitucional do direito administrativo.
- Capacidade de análise e abordagem críticas de acórdãos e artigos doutrinários, numa perspectiva aprofundada e de investigação autónoma, típica do curso de mestrado.
- Preparação para a resolução de problemas jurídicos complexos, dotando os alunos de ferramentas que lhes permitam tanto enveredar por percursos ligados à investigação, como actuar em diferentes contextos profissionais que necessitam de conhecimentos de nível elevado.

6. Conteúdos programáticos:

DE REGRESSO À “CONSTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA”:
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO CONSTITUCIONAL NA TERCEIRA DÉCADA DO SÉC. XXI

§ 1.º - Os princípios estruturantes da constituição administrativa

1. Razão de ordem. Direito constitucional e constituição administrativa. O papel dos princípios gerais
2. Princípio da dignidade da pessoa humana
3. Princípio da igualdade
4. Princípios da segurança jurídica, boa-fé e protecção da confiança
5. Princípios da proibição do excesso e da proibição do défice
6. Princípio da constitucionalidade da actuação jurídico-pública
7. Princípio da legalidade e juridicidade da actuação da administração pública
8. Princípio da imparcialidade
9. Princípios da divisão (horizontal, vertical) de poderes, descentralização e autonomia local
10. Princípio da responsabilidade
11. Princípios da eficiência e da economia
12. Princípio do desenvolvimento sustentável
13. Princípio da continuidade dos serviços públicos
14. Princípio do acesso aos cargos públicos por via de concurso

§ 2.º - Legitimação normativa da actuação administrativa: debates actuais

1. Constituição e reserva de administração pública



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. Desaplicação administrativa de normas inconstitucionais
3. Aplicação e desenvolvimento de normas constitucionais pela administração pública (a discussão sobre o *administrative constitutionalism*)
4. Actuação administrativa em estados de excepção
5. Constituição e administração independente

§ 3.º - Temas concretos de conciliação entre interesse(s) público(s) entre si e com interesses e direitos privados à luz da metódica constitucional

1. Regime de incompatibilidades e impedimentos e direitos fundamentais dos titulares de cargos públicos
2. Transparência, acesso à informação administrativa e ponderação de direitos e interesses fundamentais
3. Direito fundamental de acesso à tutela jurisdicional e à jurisdição administrativa, impugnações administrativas e outros mecanismos de “desjudicialização” dos litígios
4. (Outros, a definir em conjunto com os estudantes)

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

A assinalada coerência decorre da escolha de temas de grande actualidade e relevância e de abordagens que contribuem para um aprofundamento significativo de conhecimentos e da reflexão crítica que se espera de uma unidade curricular neste contexto.

8. Metodologias de ensino:

A unidade curricular desenvolve-se em regime de seminário, no âmbito de um curso de mestrado em direito e ciência jurídica. O objectivo do seminário é o desenvolvimento de metodologias de investigação autónoma aprofundada pelos estudantes, dentro dos temas e tópicos gerais do programa. Nas primeiras aulas do seminário, as aulas assumem uma dimensão essencialmente de enunciado dos temas e exposição pelo docente. Posteriormente, procede-se à selecção dos temas a abordar pelos estudantes nos respectivos relatórios finais e à calendarização das exposições. As exposições têm a duração mínima de 20 e máxima de 30 minutos, após o que ocorre debate com os restantes estudantes e o docente. Com antecedência face à data marcada para a sua exposição, o estudante deverá remeter ao docente e colegas um esquema com os tópicos da exposição e alguma bibliografia de referência.

9. Avaliação:

Participação e assiduidade nas aulas e relatório escrito final.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias de ensino são consistentes com um curso de mestrado em direito e ciência jurídica, na medida em que combinam uma dimensão expositiva com uma grande componente de reflexão crítica e tarefas de investigação aprofundada desenvolvidas autonomamente pelo estudante.

11. Bibliografia principal:

- Aroso de Almeida, Mário, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 9.ª ed. revista e actualizada, Coimbra: Almedina, 2022.
- Arroyo Jiménez, Luis, "Derecho Administrativo y Constitución Española", *Revista de Administración Pública*, (209), 2019, pp. 145-174.
- AA/VV, *L'amministrazione nell'assetto costituzionale dei poteri pubblici. Scritti per Vincenzo Cerulli Irelli*, 2 tomos, Torino: Giappichelli, 2021.
- Blanco de Moraes, Carlos / Nogueira de Brito, Miguel / Raimundo, Miguel Assis (Coords.), *Impactos da pandemia da Covid-19 nas estruturas do direito público*, São Paulo: Almedina, 2022.
- Canas, Vitalino, *O princípio da proibição do excesso na conformação e no controlo de atos legislativos*, Coimbra: Almedina, 2017.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Cardoso da Costa, José Manuel, "A jurisprudência constitucional portuguesa em matéria administrativa", in AA/VV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*, Studia Iuridica 61, Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 177-222.
- Cerulli Irelli, Vincenzo, *Costituzione e amministrazione*, vol. 1, Torino: Giappichelli, 2022.
- Duarte, David, *A norma de legalidade procedimental administrativa*, Coimbra: Almedina, 2006.
- F. Sánchez, Pedro / Alves, Luís (Coords.), *A Constituição e a Administração Pública. Problemas de constitucionalidade das leis fundamentais do direito administrativo português*, Lisboa: AAFDL, 2018.
- Giuffrida, Armando, *Il 'diritto' ad una buona amministrazione pubblica e profili sulla sua giustiziabilità*, Torino: Giappichelli, 2012.
- Gomes Canotilho, José Joaquim, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 2003.
- Gomes Canotilho, José Joaquim / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra: Coimbra Editora, 4.ª ed., 2007 e 2010.
- Gonçalves, Pedro Costa, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra: Almedina, 2019.
- Miranda, Jorge/Medeiros, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, 3 tomos, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010, e Lisboa: UCP Editora, 2018 e 2020.
- Miranda, Jorge, *Teoria da Constituição*, Coimbra: Almedina, 2020.
- ___, *A Constituição Portuguesa. Uma Introdução Geral*, Coimbra: Almedina, 2023.
- Moniz, Ana Raquel Gonçalves, *A recusa de aplicação de regulamentos pela Administração com fundamento em invalidade. Contributo para a teoria dos regulamentos*, Coimbra: Almedina, 2012.
- Moreira, Vital, "Constituição e Direito Administrativo: a «Constituição Administrativa» portuguesa", in Antunes Varela (Org.), *Ab Vno Ad Omnes: 75 anos da Coimbra Editora, 1920-1995*, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 1141-1166.
- Ortega, Luis/de la Sierra, Susana (Coords.), *Ponderación y Derecho administrativo*, Madrid: Marcial Pons, 2009.
- Otero, Paulo, *Legalidade e Administração Pública. O sentido da Vinculação Administrativa à Juridicidade*, Coimbra: Almedina, 2003.
- ___, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra: Almedina, 2013.
- Pereira da Silva, Jorge, *Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais*, Lisboa: UCP Editora, 2015.
- ___, *Direitos Fundamentais. Teoria Geral*, Lisboa: UCP Editora, 2018.
- Pini, Olivia, *Il principio di continuità dei poteri pubblici e della funzione amministrativa*, Torino: Giappichelli, 2020.
- Raimundo, Miguel Assis, "Os princípios no novo CPA e em particular, o princípio da boa administração", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão (Coords.), *Comentários ao Código do Procedimento Administrativo*, Vol. I, 6.ª ed., Lisboa: AAFDL, 2023, pp. 339-376.
- ___, "Novos desafios da legalidade administrativa: o caso da eficiência como princípio jurídico", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Eurico Bitencourt Neto/Fabricio Motta (Coords.), *O Direito Administrativo nos 30 Anos da Constituição Brasileira de 1988 - Um Diálogo Luso-Brasileiro*, Lisboa: ICJP (e-book disponível em icjp.pt), 2019, pp. 130-143.
- ___, "«De volta a uma fronteira turbulenta» - alguns consensos e algumas questões em aberto sobre transparência e sigilo na contratação pública", *Revista de Contratos Públicos*, (29), 2022, pp. 45-82.
- Reis Novais, Jorge, *Princípios Estruturantes de Estado de Direito*, Coimbra: Almedina, 2.ª ed., reimpr., 2022.
- ___, *A Dignidade da Pessoa Humana*, 2 vols., Coimbra: Almedina, 2018.
- ___, *Separação de poderes e limites da competência legislativa da Assembleia da República*, Lisboa: Lex, 1997.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Reis Novais, Jorge / Fidalgo de Freitas, Tiago, *A Dignidade da Pessoa Humana na Justiça Constitucional*, Coimbra: Almedina, 2018.

Salgado de Matos, André, *A fiscalização administrativa da constitucionalidade*, Coimbra: Almedina, 2004.

Sarlet, Ingo Wolfgang / Marinoni, Luiz Guilherme / Mitidiero, Daniel, *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Saraiva, 12.^a ed., 2023.

Sunstein, Cass / Vermeule, Adrian, *Law and Leviathan. Redeeming the Administrative State*, Harvard University Press – Belknap Press, 2022.

Vieira de Andrade, José Carlos, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5.^a ed., Coimbra: Almedina, 2016.

Curricular Unit Sheet

Course Masters in Law and Legal Practice (Mestrado em Direito e Prática Jurídica)

1. Curricular Unit Name:

Constitutional Law

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual
Work hours: 504
Credits ECTS: 18

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo – 2 hours

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

5. Learning outcomes of the curricular unit:

- Advanced mastery of the structuring principles of the Rule of Law and their interconnection with public administration, an essential structure for the implementation of the fundamental rights of citizens, within the framework of the recent strong reevaluation of the constitutional dimension of administrative law in legal science and case law.
- Ability to analyse and critically approach judgments and doctrinal articles, in a deep perspective and autonomous research, typical of the master's course.
- Preparation for resolving complex legal problems, providing students with tools that allow them to embark on research-related paths, as well as to act in different professional contexts that require high-level knowledge.

6. Syllabus:

RETURN TO THE “ADMINISTRATIVE CONSTITUTION”:
PUBLIC ADMINISTRATION AND CONSTITUTIONAL LAW IN THE THIRD DECADE OF THE XXI CENTURY

§ 1 - The structuring principles of the administrative constitution



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Introduction. Constitutional law and administrative constitution. The role of general principles
2. Principle of human dignity
3. Principle of equality
4. Principles of legal certainty, good faith and protection of trust
5. Principles of Prohibition of Excess and Prohibition of Deficit
6. Principle of the constitutionality of public action
7. Principle of legality and lawfulness of public administration action
8. Principle of impartiality
9. Principles of division (horizontal, vertical) of powers, decentralization and local autonomy
10. Principle of liability for damages
11. Principles of efficiency and economy
12. Principle of sustainable development
13. Principle of continuity of public services
14. Principle of access to public office through competition

§ 2 - Normative legitimization of administrative action: current debates

1. Constitution and public administration reserve
2. Administrative setting aside of unconstitutional norms
3. Application and development of constitutional norms by the public administration (the discussion on administrative constitutionalism)
4. Administrative action in states of exception
5. Constitution and independent administrative agencies

§ 3.º - Concrete themes of conciliation between public interest(s) among themselves and with private interests and rights in the light of the constitutional methodology

1. Regime of incompatibilities and disqualification and fundamental rights of public office holders
2. Transparency, access to administrative information and balance of fundamental rights and interests
3. Fundamental right of access to judicial protection and administrative jurisdiction, administrative complaints and other mechanisms for “de-judicialization” of disputes
4. (Others, to be defined with the students)

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The coherence between contents and objectives stems from the choice of highly pressing and relevant topics and approaches that contribute to a significant deepening of knowledge and critical thinking that is expected at this level.

8. Teaching methodologies:

Classes are developed as a seminar, in a masters course of law and legal science. The purpose of the seminar is to develop autonomous deep research skills by students, within the general topics of the syllabus. The first classes of the seminar are based in presentations by the professor. Afterwards, topics to address by students in their final papers are selected, and the respective presentations are scheduled. Presentation of the topic of the paper by the student has a minimum duration of 20 and maximum of 30 minutes, after which a debate with the rest of the students and the professor takes place. With some advance regarding the scheduled date for presentation, the student must send the professor and other colleagues a draft of the topics of the presentation and a list of bibliographical references.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The teaching methodologies are consistent with a master's course in law and legal science, insofar as they focus in critical analysis of relevant theoretical debates regarding the topics, with the depth that characterizes the master's level.

10: Evaluation:

Quality of work during classes and final written paper.

11: Main Bibliography:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Aroso de Almeida, Mário, *Teoria Geral do Direito Administrativo*, 9.^a ed. revista e actualizada, Coimbra: Almedina, 2022.
- Arroyo Jiménez, Luis, "Derecho Administrativo y Constitución Española", *Revista de Administración Pública*, (209), 2019, pp. 145-174.
- AA/VV, *L'amministrazione nell'assetto costituzionale dei poteri pubblici. Scritti per Vincenzo Cerulli Irelli*, 2 tomos, Torino: Giappichelli, 2021.
- Blanco de Moraes, Carlos / Nogueira de Brito, Miguel / Raimundo, Miguel Assis (Coords.), *Impactos da pandemia da Covid-19 nas estruturas do direito público*, São Paulo: Almedina, 2022.
- Canas, Vitalino, *O princípio da proibição do excesso na conformação e no controlo de atos legislativos*, Coimbra: Almedina, 2017.
- Cardoso da Costa, José Manuel, "A jurisprudência constitucional portuguesa em matéria administrativa", in AA/VV, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Rogério Soares*, Studia Iuridica 61, Coimbra: Coimbra Editora, 2001, pp. 177-222.
- Cerulli Irelli, Vincenzo, *Costituzione e amministrazione*, vol. 1, Torino: Giappichelli, 2022.
- Duarte, David, *A norma de legalidade procedimental administrativa*, Coimbra: Almedina, 2006.
- F. Sánchez, Pedro / Alves, Luís (Coords.), *A Constituição e a Administração Pública. Problemas de constitucionalidade das leis fundamentais do direito administrativo português*, Lisboa: AAFDL, 2018.
- Giuffrida, Armando, *Il 'diritto' ad una buona amministrazione pubblica e profili sulla sua giustiziabilità*, Torino: Giappichelli, 2012.
- Gomes Canotilho, José Joaquim, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 3.^a ed., Coimbra: Almedina, 2003.
- Gomes Canotilho, José Joaquim / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra: Coimbra Editora, 4.^a ed., 2007 e 2010.
- Gonçalves, Pedro Costa, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra: Almedina, 2019.
- Miranda, Jorge/Medeiros, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, 3 tomos, 2.^a ed., Coimbra: Coimbra Editora, 2010, e Lisboa: UCP Editora, 2018 e 2020.
- Miranda, Jorge, *Teoria da Constituição*, Coimbra: Almedina, 2020.
- ___, *A Constituição Portuguesa. Uma Introdução Geral*, Coimbra: Almedina, 2023.
- Moniz, Ana Raquel Gonçalves, *A recusa de aplicação de regulamentos pela Administração com fundamento em invalidade. Contributo para a teoria dos regulamentos*, Coimbra: Almedina, 2012.
- Moreira, Vital, "Constituição e Direito Administrativo: a «Constituição Administrativa» portuguesa", in Antunes Varela (Org.), *Ab Vno Ad Omnes: 75 anos da Coimbra Editora, 1920-1995*, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 1141-1166.
- Ortega, Luis/de la Sierra, Susana (Coords.), *Ponderación y Derecho administrativo*, Madrid: Marcial Pons, 2009.
- Otero, Paulo, *Legalidade e Administração Pública. O sentido da Vinculação Administrativa à Juridicidade*, Coimbra: Almedina, 2003.
- ___, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra: Almedina, 2013.
- Pereira da Silva, Jorge, *Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais*, Lisboa: UCP Editora, 2015.
- ___, *Direitos Fundamentais. Teoria Geral*, Lisboa: UCP Editora, 2018.
- Pini, Olivia, *Il principio di continuità dei poteri pubblici e della funzione amministrativa*, Torino: Giappichelli, 2020.
- Raimundo, Miguel Assis, "Os princípios no novo CPA e em particular, o princípio da boa administração", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Tiago Serrão (Coords.), *Comentários ao Código do Procedimento Administrativo*, Vol. I, 6.^a ed., Lisboa: AAFDL, 2023, pp. 339-376.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

— "Novos desafios da legalidade administrativa: o caso da eficiência como princípio jurídico", in Carla Amado Gomes/Ana Fernanda Neves/Eurico Bitencourt Neto/Fabricio Motta (Coords.), *O Direito Administrativo nos 30 Anos da Constituição Brasileira de 1988 - Um Diálogo Luso-Brasileiro*, Lisboa: ICJP (e-book disponível em icjp.pt), 2019, pp. 130-143.

— "«De volta a uma fronteira turbulenta» - alguns consensos e algumas questões em aberto sobre transparência e sigilo na contratação pública", *Revista de Contratos Públicos*, (29), 2022, pp. 45-82.

Reis Novais, Jorge, *Princípios Estruturantes de Estado de Direito*, Coimbra: Almedina, 2.^a ed., reimpr., 2022.

—, *A Dignidade da Pessoa Humana*, 2 vols., Coimbra: Almedina, 2018.

—, *Separação de poderes e limites da competência legislativa da Assembleia da República*, Lisboa: Lex, 1997.

Reis Novais, Jorge / Fidalgo de Freitas, Tiago, *A Dignidade da Pessoa Humana na Justiça Constitucional*, Coimbra: Almedina, 2018.

Salgado de Matos, André, *A fiscalização administrativa da constitucionalidade*, Coimbra: Almedina, 2004.

Sarlet, Ingo Wolfgang / Marinoni, Luiz Guilherme / Mitidiero, Daniel, *Curso de Direito Constitucional*, São Paulo: Saraiva, 12.^a ed., 2023.

Sunstein, Cass / Vermeule, Adrian, *Law and Leviathan. Redeeming the Administrative State*, Harvard University Press – Belknap Press, 2022.

Vieira de Andrade, José Carlos, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5.^a ed., Coimbra: Almedina, 2016.